



Programa Operacional Regional do Algarve

Concurso para apresentação de candidaturas

AVISO N.º ALG – 38 – 2017 – 20

- Formação de profissionais do setor da saúde -

Anexo III

PROGRAMA OPERACIONAL INCLUSÃO SOCIAL E EMPREGO (PO ISE)

PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO ALGARVE (CRESC ALGARVE 2020)

**PRIORIDADES FORMATIVAS 2016/2018 APROVADAS PELO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO
ADJUNTO E DA SAÚDE A 6 DE SETEMBRO de 2016**

Tipologia de Operação - Formação de Profissionais do Setor da Saúde

A seleção de candidaturas será efetuada com base nas prioridades formativas aqui desenvolvidas, devendo ser seguida a presente linha orientadora (incluindo os anexos, sempre que for o caso).

As prioridades que seguidamente se apresentam, abrangem os cuidados de saúde primários, cuidados hospitalares, paliativos e continuados.

1. Integração de Cuidados no Setor da Saúde

As questões referentes à integração de cuidados de saúde são hoje cada vez mais atuais e importantes no âmbito do nosso Serviço Nacional de Saúde (SNS), no pressuposto de que uma prestação com melhores níveis de integração de cuidados de saúde permitirá alcançar também melhores níveis de desempenho para os profissionais e instituições que compõem o SNS.

Efetivamente, o desempenho global do setor da saúde é fortemente dependente dos recursos humanos, pelo que a implementação de novos modelos de prestação de cuidados requer profissionais dotados de conhecimentos, aptidões e atitudes conducentes ao exercício adequado das suas funções e consequente satisfação das necessidades dos doentes. (Anexo I)

2. Contratualização nos Serviços de Saúde

A estratégia de financiamento de cuidados de saúde adotada por cada país constitui o instrumento fundamental que, no futuro, poderá conduzir a medidas de racionalização e a alterações de fundo na organização e funcionamento das instituições de saúde.

Considerando que atualmente mais de 50% dos recursos financeiros do Serviço Nacional de Saúde (SNS) são distribuídos através de contratos-programa, e atentos ao atual momento de crise económico-financeira, verifica-se um reconhecimento crescente da importância do modelo de contratualização. Este assume-se assim como instrumento fundamental, dado que contribui não só para a afetação custo-efetiva dos recursos mais transparente e flexível, mas também para a promoção do desenvolvimento de uma cultura de negociação e incentivo da competição e cooperação e, para a descentralização do processo de decisão nas estruturas locais. (Anexo II)

3. Programas Nacionais de Saúde Prioritários de acordo com o Despacho n.º 3618-A/2016 de 10 de março, o Despacho n.º 4027-A/2016 de 18 de março e com o Despacho n.º 6401/2016 de 16 de maio.

i. Programa Nacional para a Prevenção e Controlo do Tabagismo

ii. Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável

- Formação aos técnicos de saúde na área da identificação e diagnóstico nutricional e intervenção alimentar em idosos, em particular os que estão institucionalizados;
- Formação aos técnicos de saúde que trabalham com o excesso de peso (3,5 milhões de cidadãos atingidos com pré-obesidade e 1 milhão com obesidade) no sentido da melhor identificação da patologia e uniformização dos registos informáticos.

iii. Programa Nacional para a Promoção da Atividade Física

iv. Programa Nacional para a Diabetes, nomeadamente:

- Formação de profissionais formadores no âmbito de prevenção primária;
- Formação de profissionais formadores no âmbito da educação às pessoas com diabetes;
- Formação de profissionais formadores no âmbito da educação Terapêutica, da nutrição em diabetes, da insulino terapia e do pé diabético;
- Formação de profissionais formadores no âmbito da introdução à utilização de bombas de insulina.

v. Programa Nacional para as Doenças Cérebro-Cardiovasculares;

vi. Programa Nacional para as Doenças Oncológicas;

vii. Programa Nacional para as Doenças Respiratórias;

viii. Programa Nacional para as Hepatites Virais;

ix. Programa Nacional para a Infecção VIH/SIDA e Tuberculose;

x. Programa Nacional para a Prevenção e Controlo de Infecções e de Resistência aos Antimicrobianos (Anexo III);

xi. Programa Nacional para a Saúde Mental

Áreas prioritárias de formação:

- Prevenção da depressão e do suicídio (profissionais dos cuidados de saúde primários);
- meios de comunicação social e saúde mental (profissionais de saúde mental);
- Saúde mental nos locais de trabalho (profissionais de saúde mental e responsáveis pela gestão de recursos humanos);
- Diagnóstico Duplo - Deficiência Mental com Doença Mental – (profissionais de saúde mental na área do diagnóstico duplo).

xii. Programa Nacional de Educação para a Saúde, Literacia e Autocuidados

Áreas prioritárias de formação

- Promoção da literacia em saúde (destinatários: dirigentes de organizações de saúde incluindo ONGs relacionadas com a saúde);
- Gestão de percursos e decisões partilhadas em cuidados de saúde (destinatários. prestadores de cuidados de saúde).

xiii. Programa de Prevenção e Gestão da Doença Crónica

4. Qualidade na Saúde (Anexo III)

i. Estratégia Nacional

- Segurança do Doente
- Qualidade nos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES)

5. Comportamentos Aditivos e Dependências

Articulação entre os cuidados de saúde primários, centros de respostas integradas, unidades de alcoologia e unidades de desabilitação ou unidades hospitalares. (Anexo IV)

6. Cuidados Continuados Integrados (Anexo V)

As áreas prioritárias a desenvolver são:

- Organização e Coordenação da RNCCI
- Cuidados Paliativos na RNCCI
- Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental
- Diagnóstico Duplo
- Cuidados de Reabilitação (psicossocial)
- Cuidados Pediátricos Integrados
- Demências e Síndromes Geriátricas
- Planeamento e Gestão de Altas
- Avaliação da Qualidade em CCI

- j. Plano Individual de Intervenção
- k. Prevenção e Controle de Infecção nas Unidades de CCI
- l. Tratamento de Feridas/Úlceras de Pressão
- m. Controle da Dor
- n. Cuidados de Reabilitação
- o. Intervenção Domiciliar e Comunitária

7. Cuidados Paliativos

Reconhecendo as especificidades dos cuidados paliativos face aos cuidados continuados, a Lei n.º 52/2012, de 5 de setembro, Lei de Bases dos Cuidados Paliativos, cria a Rede Nacional de Cuidados Paliativos (RNCP). Considerados essenciais a um SNS de qualidade, os cuidados paliativos devem ser prestados em continuidade nos cuidados de saúde, a todas as pessoas com doenças muito graves e/ou avançadas e progressivas, que deles necessitem, e onde quer que se encontrem, designadamente nos cuidados de saúde primários, hospitalares ou continuados integrados. Assim importa neste âmbito reforçar a qualificação dos profissionais das equipas locais da RNCP e promover uma nova visão e atitudes em relação aos serviços a prestar em articulação com outros serviços de saúde.

As áreas prioritárias a desenvolver, tendo como destinatários as equipas locais de Cuidados Paliativos, são:

- i. Identificação de utentes com necessidades paliativas em serviços não específicos de cuidados paliativos, através de instrumentos como o NECPAL (destinatários: Equipas Intra-Hospitalares de Suporte em Cuidados Paliativos - EIHSOP e Equipas Comunitárias de Suporte em Cuidados Paliativos - ECSCP)
- ii. Plano individual de intervenção interdisciplinar
- iii. Competências de comunicação com doente e família e com os outros profissionais
- iv. Processo de tomada de decisão e ética no fim da vida
- v. Prevenir e intervir na perda (luto e gestão emocional de doentes e cuidadores)
- vi. Cuidar de quem cuida – Prevenção e intervenção na exaustão do cuidador
- vii. Prevenção de crises “out of hours” – Identificar critérios de risco de descompensação dos doentes e cuidadores
- viii. Planeamento e gestão de alta garantindo a continuidade de cuidados

- ix. Cuidados Paliativos pediátricos
- x. Formação em Cuidados Paliativos de nível intermédio (B) e avançado (C)

8. Medicina Transfusional e da Transplantação

No alinhamento das orientações estratégicas vigentes, pretende-se na área em apreço, reforçar a qualificação dos profissionais envolvidos na cadeia transfusional e de transplantação, desenvolver competências no uso apropriado das tecnologias de informação e registos clínicos e técnicos, sem comprometer a qualidade da comunicação, promover a segurança do doente/dador e promover uma nova visão e atitudes em relação aos serviços a prestar.

As áreas prioritárias a desenvolver são:

- i. Boas práticas no Processo Transfusional e na Transplantação;
- ii. Circuito de informação e informatização na rastreabilidade;
- iii. Hemovigilância / Biovigilância
- iv. Qualidade e Segurança na Cadeia Transfusional e na Transplantação
- v. Segurança do Doente / Dador
- vi. Técnicas de Acolhimento e Informação aos dadores
- vii. Trabalho em equipas multidisciplinares

9. Emergência Médica

- i. Reforçar a qualificação e desenvolver novas competências dos profissionais designadamente dos técnicos de emergência que operam nos Meios de Emergência Pré-Hospitalar e dos profissionais com funções nos Centros de Orientação de Doentes Urgentes (CODU), responsáveis pelos cuidados de emergência médica pré-hospitalar prestados a cidadãos de grupos mais vulneráveis;
- ii. Garantir a continuação do processo de integração hospitalar das VMER, Ambulâncias SIV e de outros meios do INEM que possam vir a ser considerados neste processo de integração;
- iii. Garantir a operacionalidade dos meios de emergência pré-hospitalar e dos CODU, nomeadamente através da recertificação dos profissionais que operam nesses meios;

- iv. Formação dos formadores das bolsas formativas como reforço e suporte adequado a toda a atividade formativa do INEM;
- v. Formação dos formadores dos Centros de Formação das Unidades de Saúde para que estes formem os seus profissionais em reanimação e trauma.

10. Violência e Maus Tratos

11. Formação dirigida aos **Assistentes Operacionais**, numa perspetiva de formação contínua – ações de curta duração, a desenvolver de acordo com as propostas de conteúdos associadas a cada unidade de formação, já constantes do Referencial de Qualificação dirigido ao Técnico Auxiliar de Saúde, publicado no Catálogo Nacional de Qualificações da Agência Nacional para a Qualificação, I.P. (ver o Anexo VI e consultar o catálogo nacional de qualificações em: <http://www.catalogo.anqep.gov.pt/Qualificacoes>), nomeadamente nas prioridades formativas anteriormente elencadas.

12. A Tecnologia e a Informação como Investimento e Fator de Sustentabilidade

Áreas Prioritárias	Destinatários
Telemedicina (Anexo VII)	Profissionais de saúde
Consulta a Tempo e Horas (CTH) - (Anexo VIII)	Profissionais que utilizam o sistema com diferentes perfis.
Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia (SIGIC) – (Anexo IX)	Profissionais que trabalham com o Sistema
Utilização de sistemas de informação na saúde na área dos registos clínicos e administrativos para entidades prestadoras de cuidados de saúde.	Profissionais de saúde
Práticas de segurança na utilização dos sistemas de informação na área dos registos clínicos e administrativos para entidades prestadoras de cuidados de saúde.	
Utilização da Plataforma de elearning do Ministério da Saúde para entidades prestadoras de cuidados de saúde.	



Utilização de ERP (enterprise resource planning) em uso na saúde, reporte de dados (RHV, SICC, etc).	Gestão Intermédia/Operacional das unidades de saúde
Governança IT/ inovação e modelos de negócio digital para gestores de topo de instituições da saúde.	Gestão de topo de instituições de saúde
Gestão de serviço e ITIL (Information Technology Infrastructure Library) /gestão de segurança/auditorias/normas e tecnologias específicas da saúde, por exemplo HL7, Mirth, DICOM.	Profissionais TIC
Especificações de registo clínico, nomeadamente no que se refere à adoção de normas e vocabulários, por exemplo SNOMED CT.	Profissionais de saúde/clínicos



Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.

Parque de Saúde de Lisboa | Edifício 16 | Avenida do Brasil, 53 | 1700-063 Lisboa | Portugal
Tel. Geral: 21 792 58 00 | Fax: 21 792 58 48 | Email: geral@acss.min-saude.pt | www.acss.min-saude.pt